



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
SAUS QUADRA 2 BLOCO O, - Bairro ASA SUL, Brasília/DF, CEP 70070906
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - http://www.inss.gov.br

Projeto Básico

Serviço de Esgotamento Sanitário para a GEX e APS Blumenau

Processo nº 35014.062176/2023-85

1. OBJETO

1.1. Contratação, por inexigibilidade de licitação, da prestação de serviços de esgotamento sanitário para atender a Gerência Executiva (GEX) e a Agência da Previdência Social (APS) em Blumenau, localizadas à Rua 15 de Novembro, nº 1.155 - Centro, Blumenau, Santa Catarina, atendidas, exclusivamente, pela Concessionária BRK Ambiental - Blumenau S.A - CNPJ: 11.609.081/0001-48, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MATRÍCULA	CATSER	UNIDADE	QTDE MENSAL	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Fornecimento de esgotamento sanitário para a GEX e APS Blumenau/SC	1081039	22845	M³	90	R\$ 808,50	R\$ 9.702,00

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Trata-se de serviço público fornecido pela Concessionária BRK Ambiental, conforme Estudo Técnico Preliminar nº 13/2023 - SEI [10939568](#).

2.2. A presente contratação encontra amparo legal no inciso I do Artigo 74 da Lei 14.133/2021:

"Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;"

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

3.1. Os serviços de esgotamento sanitário são prestados pelos estados ou municípios, e compreendem o abastecimento de água, tratamento de esgoto, destinação das águas das chuvas nas cidades e lixo urbano, todos regulamentados pela Política Nacional de Saneamento (Lei nº 11.445/2007). A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) não fiscaliza esses serviços de saneamento e nem possui competência para aplicar penalidades, o que é atribuição das agências reguladoras infranacionais (municipais, intermunicipais e estaduais).

3.2. A Concessionária BRK Ambiental é a única empresa autorizada a prestar os serviços de esgotamento sanitário no município de Blumenau/SC. A exclusividade está confirmada no Decreto nº 10.809/2015 (documento SEI [10787084](#)) e na cláusula sétima do Contrato de Concessão do Serviço Público de Esgotamento Sanitário, constante do documento SEI [10787320](#).

4. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

4.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- a) Gestão/Unidade: 57202/510181;
- b) Programa de Trabalho: 09.271.0032.2593.0001
- c) Elemento de Despesa: 339039
- d) Plano Interno:

5. VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1. O contrato terá prazo de vigência indeterminado, conforme art. 109. da Lei 14.133/2021 e Orientação Normativa nº 36/2011 da AGU:

Art. 109 - "A Administração poderá estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação."

ON 36/2011 - "A ADMINISTRAÇÃO PODE ESTABELECEER A VIGÊNCIA POR PRAZO INDETERMINADO NOS CONTRATOS EM QUE SEJA USUÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS DE ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E ESGOTO, SERVIÇOS POSTAIS MONOPOLIZADOS PELA ECT (EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS) E AJUSTES FIRMADOS COM A IMPRENSA NACIONAL, DESDE QUE NO PROCESSO DA CONTRATAÇÃO ESTEJAM EXPLICITADOS OS MOTIVOS QUE JUSTIFICAM A ADOÇÃO DO PRAZO INDETERMINADO E COMPROVADAS, A CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO, A ESTIMATIVA DE CONSUMO E A EXISTÊNCIA DE PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS."

5.2. A justificativa para utilização do prazo de vigência indeterminado é a essencialidade do serviço público e a exclusividade da Concessionária BRK Ambiental na prestação do serviço.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, DA CONTRATANTE E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. As regras são predominantemente privadas, em que o Poder Público fica em condição de igualdade como qualquer usuário do serviço público prestado por autarquia municipal. Nesse sentido, não cabe à Administração a imposição de regras próprias.

7. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

7.1. Nos termos do art. 1º da INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 01, de 19/01/2010, as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas.

7.2. A 5ª edição do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da Câmara Nacional de Sustentabilidade, prevê 4 passos para os procedimentos de contratações sustentáveis:

- I - Avaliar a possibilidade de reuso ou redimensionamento do objeto da contratação;
- II - Planejamento da contratação com parâmetros de sustentabilidade;
- III - Análise do equilíbrio entre os princípios licitatório da isonomia, da vantajosidade e da sustentabilidade;
- IV - Gestão e fiscalização do contrato, bem como gestão de resíduos

7.3. Passaremos a analisar cada item do Guia:

- a) Não há de se falar em reuso no presente caso, visto à natureza de serviço contínuo do objeto da presente inexigibilidade;
- b) Analisando a legislação pertinente ao objeto da licitação verifica-se que devido a sua natureza de serviço público essencial, o serviço de esgotamento sanitário é amplamente regulado.
- c) A análise da isonomia e da vantajosidade de exigências relacionadas à critérios de sustentabilidade não se aplica devido ao regime de monopólio do serviço em tela;
- d) O contrato resultante desta inexigibilidade tem previsão de gestão e fiscalização por parte de agente público posteriormente designado que deverá, em conjunto com a gestão dos contratos de manutenção predial e de limpeza e conservação, providenciar medidas cabíveis de prevenção e diminuição de desperdício e/ou redução de consumo de água.

8. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**8.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL:**

8.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.1.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

8.1.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.1.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.1.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.1.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

8.1.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

8.1.8. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.1.9. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

8.1.10. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

9. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTOS À CONTRATADA

9.1. O pagamento será efetuado pela Contratante, no prazo de 10 (dez) dias, contados do ateste da fatura.

9.2. A medição dos serviços de esgotamento sanitário se dará com base no volume estimado de consumo de água (cláusula 16.3 do contrato 10787320).

9.3. No caso de estimativa de consumo de água, considerar-se-á 100% (cem por cento) do volume estimado, para efeitos do volume de esgoto a ser faturado (cláusula 16.4 do contrato 10787320).

10. DA GARANTIA CONTRATUAL

10.1. A garantia contratual objetiva uma segurança para a Administração de que será indenizada caso o vencedor da licitação não queira desempenhar o contrato definido no processo licitatório.

“A exigência de prestação de garantia objetiva assegurar que o contratado efetivamente cumpra as obrigações contratuais assumidas, tornando possível à Administração a rápida reposição de eventuais prejuízos que possa vir a sofrer em caso de inadimplemento.¹”

1- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; RAMOS, Dora M. de O.; SANTOS, Marcia W. B.; D'AVILA, Vera L. M. Temas polêmicos sobre licitações e contratos. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: PC Editorial Ltda., 2001. p. 286

10.2. Por conseguinte, pela natureza de serviço público essencial, prestado sob regime de concessão à pessoa jurídica de direito público (autarquia municipal) em regime de monopólio, bem como pela própria característica contratual de contrato de adesão, não será exigida a apresentação de garantia contratual.

11. INSTRUMENTO CONTRATUAL

11.1. O instrumento contratual de adesão será fornecido pela Concessionária BRK Ambiental - Blumenau, conforme modelo constante do documento SEI [10966411](#).

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Trata-se de contrato de adesão a serviço público essencial prestado exclusivamente, pela Concessionária BRK Ambiental - Blumenau.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO SERLIC - SRSUL



Documento assinado eletronicamente por **ANA CANDIDA GONZALEZ PLACIDI ROBERTI**, Analista do Seguro Social, em 16/03/2023, às 13:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10950171** e o código CRC **1AC6F3DF**.